

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO – EMGETIS

Mês de Referência: Outubro de 2025

Unidade: Assessoria de Controle Interno – ASCIN/EMGETIS

Destinatário: Secretaria de Estado da Transparéncia e Controle – SETC

1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL – EMGETIS

A Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação – EMGETIS é empresa pública estadual responsável pela governança digital, infraestrutura tecnológica, segurança da informação e oferta de soluções de tecnologia para órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Estado de Sergipe.

Possuiu atuação pautada pelos princípios da administração pública, pelas diretrizes de transformação digital do Governo do Estado e pelos requisitos de transparéncia ativa previstos na Lei nº 12.527/2011 (LAI), além dos marcos de governança da Lei nº 13.303/2016.

A tabela a seguir sintetiza a identidade institucional:

Informação	Conteúdo
Órgão / Entidade	EMGETIS – Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação
Natureza Jurídica	Empresa Pública Estadual
Vinculação	Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG
Base Legal	Lei Estadual nº 6.396/2008
Diretor-Presidente	Bráulio Joaquim de Abreu Neto
Diretor de Tecnologia	Kleyssie Guimarães Pinheiro
Diretor de Administração e Finanças	Magson Vinícius de Santana Almeida
Endereço	Av. Adélia Franco, 3165 – Bairro Grageru, Aracaju/SE – CEP 49027-010
Telefone	(79) 3226-2201
E-mail	atendimento@emgetis.se.gov.br
Horário de Atendimento	Seg–Qui: 7h–13h e 15h–17h30; Sex: 7h–13h (emgetis.se.gov.br)

1.2 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD

O Conselho de Administração é o órgão máximo de deliberação estratégica da EMGETIS, responsável por definir diretrizes, aprovar políticas, fiscalizar a gestão e acompanhar metas e indicadores, conforme previsto na Lei 13.303/2016 e no próprio Estatuto Social.

Nome	Função
Walter Pereira de Andrade Júnior	Presidente
Bráulio Joaquim de Abreu Neto	Membro
Airton Sampaio Martins Júnior	Membro
Marcela Maciel	Membro
Sueli Dantas Bacelar	Membro
Polyana de Souza Ribeiro	Membro
Fernanda de Jesus Soares	Membro

Observação técnica:

Sueli Bacelar atua como representante dos empregados, conforme informações internas.

Segundo verificação junto à Assessoria Jurídica, não foram localizadas atas da Assembleia Geral de eleição do Presidente do CONAD, situação que deve ser regularizada para conformidade com a Lei das Estatais.

1.3 – CONSELHO FISCAL – COFIN

O Conselho Fiscal exerce funções de fiscalização contábil, financeira e patrimonial, atuando preventivamente e emitindo recomendações ao CONAD e à Diretoria Executiva.

Nome	Função
Joseane de Sousa Aguiar	Presidente
Samira Silva Almeida	Membro
Juliana Viana de Mendonça	Membro

O ato de nomeação é por decreto, que não estão inseridos no Portal da Transparência até a elaboração desse relatório.

1.4 – TITULARES DAS DIRETORIAS, ASSESSORIAS E GERÊNCIAS

Nome	Cargo
Bráulio Joaquim de Abreu Neto	Diretor-Presidente
Kleyssie Guimarães Pinheiro	Diretora de Tecnologia da Informação - DITEC
Magson Vinícius de Santana Almeida	Diretor de Administração e Finanças - DIRAF
Sylvana Sheyla Fernandes de Castro	Chefe da Assessoria Jurídica – ASJUR
Christiane Rabelo de Souza	Chefe da Assessoria de Controle Interno – ASCIN
Mario Vasconcelos Andrade	Chefe da Assessoria de Planejamento Estratégico
Hivy Rhafaella Alves dos Santos	Chefe da Assessoria de Comunicação – ASCOM
Helga Souza Barreto Uchoa	Gerente da Área de Sistema de Informação - ARSIN
Antonio Manoel Nascimento Oliveira	Gerente da Área de Infraestrutura - ARINF
Juliana Fraga Palma dos Santos	Gerente da Área de Contratação e Serviços Administrativosm - ARCAD
César Augusto Brandão	Gerente da Área Financeira e Contábil - ARFIC
Lucimara Rocha Nunes	Gerente da Área de Pessoal - ARPES

1.5 – INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Atividades do Controle Interno consolida as ações desenvolvidas pela Assessoria de Controle Interno (ASCIN) da EMGETIS no mês de outubro de 2025, período que marca o início das atividades da nova titular da unidade.

Este documento foi elaborado em conformidade com os marcos normativos que estruturaram a governança pública, o sistema de integridade e o controle interno da Administração Estadual, dentre eles:

- **Decreto nº 901/2024**, que institui o Programa Estadual de Integridade e Governança – Integre-SE;
- **Decreto nº 860/2024**, que estabelece o Plano Estadual Anticorrupção;
- **Lei nº 12.527/2011** – Lei de Acesso à Informação (LAI);
- **Lei nº 13.303/2016** – Lei das Estatais;
- **Instrução Normativa SETC nº 02/2024**, que disciplina o monitoramento das unidades de controle interno;

- **Instrução Normativa SETC nº 01/2019**, que dispõe sobre relatórios de atividades de controle interno.

Ademais, foram utilizadas **exclusivamente fontes oficiais**, incluindo:

- Portal da Transparência da EMGETIS e do Estado de Sergipe (despesas, empenhos, liquidações, pagamentos, diárias, estagiários, contratos e pessoal);
- Planilhas internas contendo lista de terceirizados, fiscais de contratos, notas fiscais, empenhos e liquidações;
- Documentos referentes à governança, conselhos, normativos internos e portal institucional da EMGETIS.

A introdução deste relatório cumpre o papel de contextualizar a atuação da ASCIN no período, bem como de apresentar a metodologia utilizada, que se baseou nos princípios da materialidade, criticidade, matriz de riscos e observância ao Integre-SE.

A abordagem utilizada privilegia o modelo de controle interno referente à avaliação de riscos, análise documental e triangulação de dados, permitindo identificar pontos críticos com maior precisão.

2. DADOS FINANCEIROS – OUTUBRO/2025

No tocante à execução financeira, verificou-se que a EMGETIS registrou, em outubro de 2025, o montante de R\$ 1.985.643,28 em despesas empenhadas, dos quais R\$ 1.702.430,17 foram liquidados e R\$ 1.688.119,84 pagos, demonstrando cenário de regularidade financeira e boa aderência ao planejamento orçamentário do período.

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 1.132.500,00, permanecendo dentro dos limites legais e compatíveis com a natureza da Empresa. Foram, ainda, identificadas despesas regulares com diárias, principalmente vinculadas à participação da alta gestão em eventos técnicos e reuniões de redes de TI e governança, todos com registros atualizados nos sistemas de pessoal.

A análise amostral das ordens bancárias, da cronologia de pagamentos mensais e dos empenhos demonstra que a maior parte da execução concentrou-se em:

- Pessoal e encargos sociais,

- Serviços de tecnologia da informação e comunicação,
- Locação de mão de obra e vigilância patrimonial,
- Energia elétrica,
- Execução de contratos (ZDOC, AMS, PRIME, PRESERVE, SRV, Aracajucard, Dataeasy),
- Cumprimento de decisões judiciais (TRT 20^a Região) e
- Serviços de consultoria e apoio operacional.

Esses dados confirmam o perfil típico de empresa pública de TI, com forte dependência de contratos de infraestrutura, suporte, energia e serviços especializados.

Indicador	Valor (R\$)	Situação
Despesa Empenhada	1.985.643,28	Regular
Despesa Liquidada	1.702.430,17	85,7% liquidado
Despesa Paga	1.688.119,84	Regular
Pessoal	1.132.500,00	Dentro dos limites
Diárias	2.640,00	Regular

2.1 – PANORAMA GERAL DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO MÊS

A execução orçamentária e financeira da EMGETIS no mês de outubro de 2025 revelou:

- Elevada taxa de conversão de empenho em liquidação e pagamento, com percentual liquidado superior a 85%, o que demonstra aderência aos contratos e regularidade na prestação dos serviços;
- Predominância de despesas correntes, notadamente em pessoal e encargos sociais, serviços de TI, locação de mão de obra, vigilância, energia elétrica e cumprimento de decisões judiciais, em linha com a natureza operacional da Empresa;
- Dependência relevante de contratos de infraestrutura e serviços especializados, tais como:

- serviços de tecnologia da informação (ZDOC, Dataeasy, J&K, PRIME, AMS),
 - vigilância patrimonial (PRESERVE),
 - limpeza e conservação (SRV),
 - energia elétrica (ENERGISA),
 - vale-transporte (Aracajucard),
 - serviços médicos ocupacionais (Laborese),
 - entre outros;
- Regularidade nos registros de diárias para participação da alta gestão em eventos técnicos e reuniões de redes de TI, com valores compatíveis e devidamente pagos no período observado;
 - Fluxo tempestivo de pagamento a fornecedores estratégicos, em especial aqueles vinculados a contratos centralizados, o que mitiga risco de descontinuidade operacional.

Não obstante o cenário de regularidade financeira, foram identificadas fragilidades de transparência ativa e rastreabilidade documental, uma vez que os documentos comprobatórios (notas fiscais, relatórios de viagem, relatórios de execução contratual, etc.) não estão integralmente disponíveis no Portal da Transparência, ainda que os pagamentos constem nos sistemas financeiros.

2.2 – DIAGNÓSTICO FINANCEIRO DETALHADO

O cruzamento das informações de empenhos, liquidações, pagamentos, cronologia de despesas e classificação orçamentária permite o seguinte diagnóstico financeiro para o mês de outubro de 2025:

2.2.1 Distribuição dos gastos por categoria / área

- Predomínio de gastos classificados em Administração Geral e Tecnologia da Informação, com maior concentração em:
 - Pessoal e Encargos Sociais;

- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
 - Locação de Mão de Obra;
 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação;
 - Sentenças Judiciares e Obrigações Patronais.
- Essa configuração confirma que a EMGETIS apresenta forte componente de custos fixos, centrado em pessoal próprio e contratos de TI terceirizados.

2.2.2 Comparação Empenhado × Liquidado × Pago

- Os valores empenhados, liquidados e pagos mostram baixo volume de restos a pagar internos do mês, indicando que a Empresa vem realizando o fluxo de execução financeira com razoável tempestividade;
- Não foram identificados, na amostra analisada, atrasos expressivos entre a data de liquidação e a data de pagamento, especialmente em relação a serviços essenciais (energia, vigilância, limpeza, TI, decisões judiciais).

2.2.3 Riscos fiscais identificados

- A forte dependência de contratos emergenciais (limpeza, gerador, sistema de rede,etc) evidencia risco de recorrência de despesas sem planejamento prévio adequado, o que pode, em cenário prolongado, pressionar o equilíbrio orçamentário;
- A ausência de publicação de notas fiscais e de documentação de suporte no Portal da Transparência pode gerar questionamentos pelos órgãos de controle, com risco de glosas, recomendações e determinação de ajustes;
- O peso expressivo da folha de pessoal e das despesas com terceirização, somado aos contratos de TI de alto valor, recomenda monitoramento contínuo da relação despesa de pessoal/receita operacional, ainda que, no mês analisado, os limites tenham sido respeitados.

2.2.4 Observações de conformidade e transparência

- Do ponto de vista estritamente financeiro, a execução do mês mostra-se compatível com o planejamento e sem indícios de descontrole de gastos;
- Do ponto de vista da transparência ativa, há lacunas importantes: ausência de classificação orçamentária publicada de forma amigável, inexistência de notas fiscais no Portal, falta de anexação de relatórios e documentos de comprovação, bem como inexistência de um painel público de acompanhamento de contratos e pagamentos;

- Tais falhas não invalidam a execução financeira em si, mas reduzem a aderência às exigências da Lei de Acesso à Informação, do Programa Nacional de Transparéncia Pública (PNTP) e das diretrizes do Decreto nº 901/2024 (Integre-SE).

3. CONTRATOS ATIVOS – OUTUBRO/2025

Em relação à gestão contratual, constatou-se a existência de contratos relevantes vigentes com datas de vencimento próximas, alguns deles essenciais para a manutenção de atividades críticas de infraestrutura, segurança, redes, energia e suporte ao data center.

Destacam-se, entre eles, os contratos referentes à manutenção de infraestrutura de rede, locação de gerador e prestação de serviços de limpeza predial.

A proximidade da vigência de parte desses instrumentos exige providências administrativas urgentes, tanto para garantir continuidade operacional quanto para evitar contratações emergenciais.

Nº Contrato	Objeto	Valor Total (R\$)	Vigência	Situação / Risco
07/2025	Manutenção elétrica e rede	170.484,51	08/02/2026	Situação crítica - Próximo ao vencimento
08/2025	Grupo gerador – Data Center	120.000,00	08/02/2026	Situação crítica -Próximo ao vencimento
06/2025	Dedetização	7.399,92	20/07/2026	Regular
005/2025	Limpeza predial	118.052,70	08/12/2025	Vencimento próximo

Observe-se que o Contrato n. 05/2025 (Limpeza predial), embora com data de vencimento próximo, já se encontra em andamento o pregão eletrônico n. 06/2025, referente à Ata de Registro de Preços que tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviços contínuos, entre eles o de limpeza predial.

4. TERCEIRIZAÇÃO – OUTUBRO/2025

(Fonte: TERCEIRIZADOS-EMGETIS-1.pdf - Portal da Transparéncia da EMGETIS/ do Estado de Sergipe)

No que diz respeito à força de trabalho terceirizada, foram analisados os documentos contendo as listas nominais referentes às empresas Zdoc Tecnologia, Preserve Segurança e SRV Serviços, totalizando 23 terceirizados distribuídos entre atividades técnicas, operacionais, vigilância e serviços gerais.

A análise aponta a necessidade de padronização dos registros, reforço nos controles de acesso e adequação de procedimentos à Lei Geral de Proteção de Dados.

Empresa	Quant.	Funções
Zdoc Tecnologia	14	Serviços de TI / suporte
Preserve	06	Vigilância
SRV Serviços	03	Serviços gerais

5. ACHADOS DE CONTROLE – OUTUBRO/2025

Entre os achados de controle interno mais relevantes do período, destacam-se quatro pontos críticos.

O primeiro diz respeito à ausência de portarias de designação de fiscais de contratos, tanto nos processos administrativos gerenciados pelo E-DOC quanto no Portal da Transparência, o que contraria os requisitos de governança estabelecidos pela Lei 13.303/2016 e pelas orientações do TCE/SE.

O segundo refere-se à inexistência de notas fiscais publicadas no Portal durante o período analisado, o que compromete o cumprimento das obrigações de transparência ativa.

O terceiro ponto consiste na constatação de que o Portal da Transparência apresenta lacunas, tais como falta de publicação de classificação orçamentária, ausência de arquivos de fiscalização, portarias, aditivos e documentos complementares.

O quarto ponto envolve riscos operacionais decorrentes da falta de trilhas de auditoria para terceirizados e da ausência de rotinas formais de conferência e alimentação mensal dos módulos de transparência.

5.1 AUSÊNCIA DE PORTARIAS DOS FISCAIS NO PORTAL

- Confirmação pela planilha “Fiscais de Contratos – desatualizado”.
- Não há portarias publicadas → descumprimento da Lei 13.303/2016.

5.2 AUSÊNCIA DE NOTAS FISCAIS PUBLICADAS

- Planilha do Portal da Transparência do Estado “Não há registros de notas fiscais.xls”.
- Itens obrigatórios do PNTP ausentes.

5.3 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DESATUALIZADO

- Sem classificação orçamentária.
- Falta de fiscais, aditivos e documentos anexos.

5.4 CONTRATOS PRÓXIMOS DO VENCIMENTO

- Riscos de descontinuidade operacional.
- Infraestrutura de rede, energia e limpeza como pontos críticos.

5.5 REPETIÇÃO DE PAGAMENTOS AO MESMO FORNECEDOR NO MESMO MÊS

A análise das ordens bancárias mostrou múltiplos pagamentos, no mesmo mês, para os mesmos fornecedores (por exemplo, ZDOC, Dataeasy, AMS, entre outros). Embora seja comum, dada a dinâmica contratual, a ausência de um painel consolidado de compromissos mensais e de vínculo claro com cada contrato dificulta a rastreabilidade da despesa pelo controle interno e pelo cidadão.

Risco: aumento da complexidade de auditoria, dificuldade de identificar duplicidades ou pagamentos indevidos, risco de falhas de conciliação.

Recomendação: implantação de rotina de consolidação mensal por fornecedor/contrato, com painel interno e publicação de extrato sintético no Portal da Transparência.

5.6 CONTRATOS EMERGENCIAIS RECORRENTES

Foram identificados pagamentos relacionados a contratações emergenciais, especialmente nas áreas de limpeza e conservação, locação de gerador. Embora, isoladamente, cada emergência possa ser

justificada, a recorrência aponta para deficiência de planejamento anual de contratações. Acrescente-se que foi identificada a inexistência do Plano Anual de Contratações internamente e no Portal da Transparência.

Risco: dependência estrutural de instrumentos emergenciais, exposição a questionamentos por parte do controle externo, risco de não obtenção da proposta mais vantajosa. Além, de eventuais pagamentos por processo de indenização.

Recomendação: inclusão desses objetos no Plano Anual de Contratações, com estudos prévios de demanda e cronogramas de licitação que reduzam a necessidade de emergenciais.

5.7 EXECUÇÃO FINANCEIRA FRAGMENTADA E FALHAS DE PLANEJAMENTO

A multiplicidade de empenhos, liquidações e pagamentos de pequeno e médio porte, em contratos que poderiam estar organizados em lotes ou programações mais integradas, indica execução financeira fragmentada. Tal fragmentação é típica em órgãos que não possuem rotina estruturada de planejamento de despesas e contratos.

Risco: aumento do custo transacional, maior esforço administrativo na gestão, risco de inconsistência entre o planejamento anual e a execução real.

Recomendação: criação de agenda trimestral de planejamento de desembolsos, integrando ASPLE, ARCAD, DIREX e ARFIC, com base nas projeções de contratos e obrigações fixas.

5.8 LACUNAS DE LIQUIDAÇÃO/COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Apesar da boa relação entre empenhado, liquidado e pago, as planilhas amostrais e o Portal da Transparência não apresentam, de forma sistemática, os documentos comprobatórios da liquidação (notas fiscais, relatórios de medição, atestados de recebimento, relatórios de viagem, etc.).

Risco: fragilidade da trilha de auditoria, dificuldades de comprovar a efetiva prestação do serviço ou recebimento do bem em eventual fiscalização do TCE/SE ou da SETC.

Recomendação: definição e implementação de rotina padrão de digitalização e publicação

dos documentos de liquidação, vinculando cada pagamento a seu respectivo contrato, nota fiscal e atesto.

6. MATRIZ DE RISCOS

A matriz abaixo consolida os riscos identificados durante o monitoramento do mês de referência, estruturados conforme o modelo de gestão de riscos do Integre-SE, observando probabilidade, impacto, nível de criticidade e ações de mitigação:

Risco Identificado	Causa Raiz	Impacto Potencial	Prob.	Nível	Medidas de Mitigação	Prazo
Ausência de Notas Fiscais e documentos obrigatórios no Portal da Transparência	Falta de fluxo padronizado para publicação; fragilidade nos controles internos do financeiro e TI	Sanções por descumprimento do PNTP, perda de credibilidade institucional e risco de glosas pelo TCE/SE	Média	Alto	Criar rotina mensal integrada TI/Financeiro/ ASCIN para publicação e validação cruzada	Contínuo
Contratos sem designação formal e publicação de fiscais	Portarias não emitidas ou não publicadas; ausência de matriz de responsabilização	Execução contratual vulnerável; risco de pagamentos indevidos; descumprimento da Lei 13.303/2016	Alta	Crítico	Emitir e publicar todas as portarias (ASJUR); criar banco de fiscais integrado ao IGESP	Imediato
Contratos críticos próximos ao vencimento (rede, energia, limpeza)	Ausência de planejamento anual de contratações; falha na antecipação de renovações	Risco de interrupção de serviços essenciais, aumento de emergenciais, paralisação do Data Center	Média	Alto	Criar cronograma de renovações (SECLOG) e matriz de vigência automatizada	Imediato
Terceirização sem trilhas de conformidade com LGPD	Inexistência de cláusulas padrão; controles de acesso frágeis	Vazamento de dados, responsabilização civil e administrativa	Média	Alto	Revisar contratos, formalizar NDAs e treinar empregados terceirizadas	Trimestral
Dependência estrutural de contratos de	Falta de plano de contingência	Queda de serviços, indisponibilidade	Média	Alto	Implementar plano de continuidade e	1º tri/26

Risco Identificado	Causa Raiz	Impacto Potencial	Prob.	Nível	Medidas de Mitigação	Prazo
energia e infraestrutura de rede		do portal e sistemas críticos			redundância	
Fragmentação da execução financeira	Planejamento financeiro desalinhado; ausência de consolidação mensal	Aumento de custos operacionais e risco de duplicidades	Média	Médio	Criar painel consolidado mensal por fornecedor e contrato	Jan/26
Transparénciaativa incompleta	Publicação parcial de documentos; ausência de painéis abertos	Inadequação ao Decreto nº 901/2024 (Integre-SE)	Média	Alto	Implantar “Painel Transparéncia EMGETIS”	1º tri/26

7. AÇÃO INSTITUCIONAL – REUNIÃO SOBRE O ACORDO COLETIVO

Foi informado que a ASJUR, a ARPES e o DIRAF estão analisando proposta de Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2024/2025 protocolada pelo Presidente do Sindicato, em que será realizada uma reunião estratégica com a Diretoria Administrativa e Financeira, Assessoria Jurídica, Gerência de Recursos Humanos e Presidência em 05 de novembro para a discussão final das cláusulas do acordo.

O encontro terá caráter técnico e institucional, a fim de equilibrar sustentabilidade econômico-financeira, valorização dos empregados, segurança jurídica e responsabilidade fiscal.

8. PLANO DE AÇÃO 30/60/90 DIAS

O plano de ação abaixo responde aos achados e riscos identificados, seguindo a lógica de priorização **curto → médio → longo prazo**, conforme metodologia do Integre-SE.

Prazo	Ação Prioritária	Responsável	Evidência	KPI (Indicador)
0–30 dias	Emitir e publicar todas as portarias de fiscais de contratos	ASJUR + ARCAD	Portarias publicadas	% de contratos com fiscal ativo
0–30 dias	Publicar notas fiscais e classificação orçamentária atrasada	Financeiro + TI	Registros no Portal	% de pendências sanadas

Prazo	Ação Prioritária	Responsável	Evidência	KPI (Indicador)
30–60 dias	Atualizar módulos do Portal da Transparência (NFs, aditivos, fiscais, empenhos)	TI + Controle Interno	Capturas de tela	Módulos atualizados
30–60 dias	Criar painel interno de vigência contratual	ARCAD	Planilha oficial	% de contratos monitorados
30-90 dias	Revisar contratos vigentes para inclusão de cláusulas LGPD; Implementar NDAs para todos os terceirizados com acesso a dados ou sistemas; Atualizar a lista oficial de terceirizados e seus perfis de acesso	ARCAD + ARPES + ASJUR + ASCIN	Contratos revisados, NDAs assinados, logs de acesso atualizados	% de contratos adequados à LGPD; % de terceirizados com NDA
90 dias	Implantar logs de acesso e rotina de revisão mensal entre ASCIN, ARPES e ARCAD; Publicar extratos atualizados dos contratos no Portal da Transparência	ASCIN + ARPES + TI + ARCAD	relatório de auditoria.	Revisão trimestral concluída
60–90 dias	Consolidar renovação ou prorrogação dos contratos críticos	ARCAD + DIREX	Publicação em SEI	% de contratos assegurados
90 dias	Realizar auditoria interna amostral sobre contratos e pagamentos	ASCIN	Relatório final	Quantidade de achados mitigados
90 dias	Publicar versão final do ACT e Nota Técnica de Governança Trabalhista	RH + ASJUR + ASCIN	Publicação no Portal	Conformidade legal do ACT

A regularização da Conformidade LGPD na Terceirização consiste em alinhar os contratos terceirizados às exigências da LGPD, corrigindo lacunas identificadas em cláusulas de proteção de dados, controles de acesso e comprovação de confidencialidade.

As ações incluem: atualização contratual com cláusulas padrão de segurança e responsabilização; assinatura de termos de confidencialidade (NDAs) pelos terceirizados com acesso a dados da EMGETIS; e revisão dos perfis de acesso aos sistemas, com criação de rotina periódica de auditoria.

Essas medidas fortalecem a governança, reduzem riscos de vazamento e asseguram conformidade com o Decreto nº 901/2024 e boas práticas de integridade.

9. LICITAÇÕES

Tipo	Objeto	Termo de Referência / Processo	Processo E-DOC	Situação Orçamentária	Nº Pregão / Situação
Regular	Links	RLCE*	438/2025	623.800,00 OK	Pregão 01/2025 – BLL – Mavitel (lote1)
Regular	Fita Backup	-	331/2025	R\$ 161.226,67 OK	Pregão 02/2025 – BLL (fitas entregues)
Registro de Preço	HCI	RLCE*	546/2025	ATA	Pregão 03/2025 – LICITANET. Contratado: SUPRISERV
Registro de Preço	Links	RLCE*	769/2025	R\$ 311.900,00	Pregão 04/2025 BLL – Em Homologação FSF Tecnologia
Registro de Preço	Switches	RLCE*	630/2025	ATA R\$ 6.386.313,78	Pregão 05/2025 – Licitanet / Em habilitação COMPWIRE
Registro de Preço / Prestação de Serviços	Prestação de serviços	-	703/2025	ATA	Pregão 06/2025 – Licitanet / Publicado disputa: 11/11/2025

Obs.: RLCE = De acordo com art. 6º do Regulamento de Licitações e Contratos.

Responsável: Sueli Dantas Bacelar – Comissão de Licitação – 03/11/2025.

A análise dos processos licitatórios demonstra que a EMGETIS mantém um fluxo regular de contratações, com predominância do uso de Registro de Preço, especialmente para itens padronizados de infraestrutura (HCl e switches). Os processos classificados como Regular, referentes a links e fitas de backup, já possuem situação orçamentária validada e pregões concluídos, garantindo continuidade de serviços essenciais.

Os três processos encontram-se em fases distintas (contratado, habilitação e publicação), mas com cronograma compatível e alinhado às exigências do regulamento, sem indicativos de risco imediato de descontinuidade.

10. CONCLUSÃO

A análise das atividades desenvolvidas no mês de outubro de 2025 evidencia que a EMGETIS mantém regularidade financeira, com execução orçamentária coerente e fluxo de pagamentos tempestivo.

Contudo, permanecem desafios estruturantes que impactam diretamente os eixos de governança, transparência, gestão contratual e conformidade normativa.

Os achados demonstram a necessidade de:

- aprimorar o ecossistema de transparência ativa, alinhando-se integralmente ao Decreto nº 901/2024 (Integre-SE) e às diretrizes do PNTP;
- reforçar a governança contratual, especialmente no que tange à publicação de designações, documentos de fiscalização, notas fiscais e relatórios de execução;
- fortalecer os controles internos sobre terceirização, liquidação de despesas, e rastreabilidade documental;
- melhorar o planejamento anual de contratações, evitando emergenciais recorrentes;
- consolidar a gestão de riscos e integridade de forma transversal.

A ASCIN inicia, assim, um ciclo estruturado de amadurecimento institucional, apoiado em planejamento de 30/60/90 dias, baseado em evidências e alinhado aos marcos do Integre-SE.

Este relatório evidencia avanços, aponta fragilidades e estabelece ações concretas para fortalecer a governança da Empresa, contribuindo para maior eficiência, segurança jurídica e aderência às boas práticas de administração pública.

Aracaju, 17 de novembro de 2025

Christiane Rabelo de Souza
Assessoria de Controle Interno – EMGETIS

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: AFMU-URC5-KPRW-KGQQ



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/11/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

- Christiane Rabelo de Souza ***65508*** ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO - EMGETIS Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação 17/11/2025 14:38:03 (Docflow)